

REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO HUMANA EM UMA ESCOLA NEOLIBERAL: GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM XEQUE - PRIMEIRAS (DES)APROXIMAÇÕES¹

Marco André Serighelli ²

RESUMO

O texto é sobre a formação do ser humano e se pauta em revisão de literatura numa perspectiva crítica, com inferências no sentido de promover uma reflexão acerca das orientações advindas das políticas educacionais brasileiras para a gestão e organização das escolas, sejam elas numa perspectiva neoliberal. A metodologia se baseou no caráter exploratório. Foi possível perceber a necessidade de construir uma educação que transcenda as questões disciplinares e conceituais da escola tradicional, no sentido de contribuir na formação de seres humanos reflexivos e críticos, em condições de conviver num mar de incertezas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Escola Neoliberal; Formação do Ser humano.

O presente texto é sobre a formação do ser humano e se pauta em revisão de literatura numa perspectiva crítica, com inferências no sentido de promover uma reflexão acerca das orientações advindas das políticas educacionais brasileiras para a gestão e organização das escolas, sejam elas numa perspectiva neoliberal.

Foi na década de 1970 que se desencadeou em boa parte do globo a crise do capital e do papel do Estado. Em meio a esta, surgiu a necessidade de pensar um novo modelo para os estados nacionais, para o qual, foi preciso ‘reformular’ o Estado. Mediante a reconfiguração do Estado, principalmente sob a perspectiva econômica, o neoliberalismo – doutrina que defende a liberdade de mercado e restrições à intervenção estatal na economia, podendo ocorrer em situações imprescindíveis e em grau mínimo –, se caracterizou como mote para pensar as novas políticas dos Estados nacionais.

¹ O trabalho é resultado de uma parcela de um projeto de pesquisa

² Doutorando do PPGEd da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC, marco.serighelli@unoesc.edu.br

É neste contexto de reformas, no caso brasileiro, que surgem os dois principais instrumentos normativos que orientam os sistemas educativos e por consequência, a formação dos estudantes, seja eles: a Constituição Federal de 1988 principalmente em seus artigos 205, 208 e 213 e; a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) de 1996 que trata de todos os níveis e modalidades de ensino.

No tocante a gestão e a organização das escolas, decorrente das reformas educacionais brasileira, destacamos a gestão democrática, que numa perspectiva legal se materializa na participação – representativa – dos segmentos da comunidade escolar, seja no planejamento ou nos processos decisórios da escola. Porém, é importante mencionar que tanto a escola como sua gestão são engrenagens do modo de produção capitalista, cuja as relações sociais de produção, tem base no neoliberalismo e na Nova Gestão Pública (NGP).

De acordo com Libâneo (2001, p. 3), a escola não fica alheia ao sistema produtivo, pois “as concepções de gestão escolar refletem, portanto, posições políticas e concepções de homem e sociedade”. Se a sociedade capitalista é regida pela lógica do capital, administrada pela via gerencialista, com demandas de produção de resultados a curto prazo e com menos recursos possíveis, a escola por estar inserida nesta lógica, também será, mesmo que custe em seu processo, os espaços democráticos situados numa perspectiva de transformação social.

Nesse sentido, Laval (2004) destaca que as relações produzidas no interior da escola neoliberal, mesmo com a “fachada” da gestão democrática se constitui na lógica capitalista que em seus múltiplos aspectos caracteriza a escola-empresa. Entre suas características destacam-se a lógica gerencial, as pedagogias individualistas, a descentralização, entre outros. É nesse sentido que o estado assume um modelo escolar considerando a educação um bem privado.

Este movimento característico da escola gerencial, assume uma concepção instrumentalista, onde as atividades pedagógicas são marcadas pela eficiência e fragmentação. Isso nos permite pensar a formação não em sua unidade e multiplicidade,

mas na depurada eficiência do “chão-da-fábrica” conveniente do modelo capitalista, e desejado pela nossa classe política-empresarial.

Nesse contexto a escola neoliberal, nas palavras de Laval (2004): objetiva a formação de capacidades de inovar, formar mão-de-obra, comunicação e difusão dos saberes, com vistas a produção eficiente que se identifica pela ‘qualidade’ a baixo custo. Consoante, nesse modelo a escola e a fábrica operam num mesmo viés empresarial, utilitarista enquanto concepção do saber e neoliberal em seu modo de organização.

Diante deste contexto de orientações neoliberais em que a escola está inserida, é necessário repensar seu papel enquanto espaço de formação, no sentido de contrapor o modelo de formação “útil” e padronizado impregnado da escola neoliberal. Pois, de acordo com Mendonça (2011) um sistema educacional construído para as massas não cria resultados singulares – “aqueles que poderiam indicar as condições de desenvolvimento de indivíduos determinados, sejam intelectivos, psíquicos ou físicos, e não de dados estatísticos que revelam as habilidades e as competências dos estudantes” (MENDONÇA, 2011, p.21) –, mas sim, uma educação de rebanho que produz um perfil de estudantes incapazes de questionamentos e de construção do conhecimento, que os leva à um aprisionamento no mundo e a uma condição domesticável.

Nesse sentido, Carvalho (2016) ressalta que o educador passa a ser convidado a procurar e a criar para além dos limites determinados pelo espectro político ou legal. Ele buscará movimentações nas e para as margens dos conhecimentos constituídos, almejando novos espaços, novos conhecimentos e novos caminhos.

Desta forma, a figura do professor deve regar-se de uma perspectiva crítica, com a função de questionar “em quais condições pode haver enunciados verdadeiros – seja por suas condições formais, seja por suas condições transcendentais” (CANDIOTTO, 2006, p. 66). Este movimento de não aceitar como verdade as imposições governamentais, permite a desinstitucionalização da educação (CARVALHO, 2016), o rompendo com o ideário da escola neoliberal.

Ainda, a escola para materializar a formação integral do ser humano, precisa transformar sua organização disciplinar em transdisciplinar e complexas, o que permitiria

à seus professores e alunos produzirem conhecimentos pertinentes, e aprenderem a se compreender no universo que se encontram, convivem e atuam, como também criar para nele viver. Isso garantirá que os mesmos construam suas identidades individuais e coletivas ao mesmo tempo. Porém, isso só será possível se superarem os pressupostos da educação que “[...] nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos” (MORIN; KERN, 2003, p. 46).

Considerando as questões propostas, acredita-se que a escola possa se valer de um projeto pedagógico inter ou transdisciplinar concatenando as práticas com as reais necessidades de ensino, no sentido de permitir que o aluno se conheça e se permita a caminhar. De acordo com Martinazzo (2010, p. 48) “daí a importância de formular uma ideia sistêmica da cultura”, buscando “uma pedagogia fundada no reconhecimento da diversidade, da transnacionalidade e, de certa forma, de uma neomodernidade una e diversa que leve a um horizonte de respeito e de aceitação das diferenças culturais.”

As instituições escolares como espaços de formação do ser humano, estimulam a reflexão, a imaginação e a criatividade de seus estudantes no sentido de identificarem ou pelo menos pensarem em que mundo eles gostariam de viver? Elas indicam caminhos de reflexão sobre que sociedade desejariam fazer parte e que ideal de pessoas gostariam de ser? Ou, se caracterizam como instrumentos e espaços de reprodução dos interesses de quem ‘administra’ a sociedade?

Por fim, emerge a carestia de construir uma educação que transcenda as questões disciplinares e conceituais da escola tradicional, no sentido de contribuir na formação de seres humanos reflexivos e críticos, em condições de conviver num mar de incertezas. Desta forma, as práticas pedagógicas no interior das escolas constituem um diálogo entre os sujeitos – articulando ideias e ações –, com vistas a formação de seres humanos responsáveis e a altura dos desafios que o propõe o mundo em que vivemos?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21/02/2022

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21/02/2022

CANDIOTTO, Cesar. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 29(2): 65-78, 2006

CARVALHO, Alexandre Filordi de. A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal. **Cadernos IHU ideias**. Ano 14, nº 244, vol. 14, 2016.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola**. 2001. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB-Gestao.pdf> Acesso em: 12 set. 2021.

MARTINAZZO Celso José. Identidade Humana: Unidade e Diversidade Enquanto Desafios para uma Educação Planetária. **CONTEXTO & EDUCAÇÃO**. Editora Unijuí Ano 25 nº 84 Jul./Dez. 2010

MENDONÇA, Samuel. Massificação humana e a educação aristocrática em Nietzsche. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v.13, n.1, p.17-26, jul./dez. 2011

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre, Sulina, 2003.